

Catadores de Materiais Recicláveis

Novos Regimes de Verdade Constituindo Protagonismo a Estes Atores Sociais

Nádia Scariot¹

Resumo

A presente reflexão resulta da análise da tese *O lixo e a conduta humana: gestão dos insustentáveis na vida urbana*, de Ricardo Abussafy de Souza (2013), somada às vivências da autora junto a catadores de materiais recicláveis. O trabalho pretende mostrar como as diversas formações discursivas em torno da figura do catador e do meio ambiente vêm contribuindo para uma mudança nas práticas relacionadas ao cuidado com o meio ambiente natural e com sujeitos sociais que, até bem pouco tempo, eram considerados apenas sujeitos excluídos. Tais discursos constituem novos regimes de verdade, possibilitando aos catadores um novo modo de vida mediante as novas relações que estabelecem e que lhes permitem um maior cuidado consigo e com o outro.

Palavras-chave: Catadores. Cuidado de si. Governamentalidade. Discurso Ambiental.

COLLECTORS OF RECYCLABLE MATERIALS: NEW TRUTH SCHEMES IN THE CONSTITUTION OF THE PROTAGONISM OF THESE SOCIAL ACTORS

Abstract

This reflection results of the thesis reading *The garbage and human behavior: management of urban life unbearable*, Ricardo Abussafy de Souza (2013), and from the experiences of the author with the recyclable material collectors. The work aims to show how the various discursive formations around the collector figure and the environment have contributed to a change in practices related to the care of the natural environment and social subjects that, until recently, were considered only excluded subject. Such discourses are new regimes of truth, enabling collectors a new way of life through new relationships they establish and allow them to be more careful with you and with each other.

Keywords: Collectors. Care of themselves. Governmentality. Environmental discourse.

¹ Socióloga, Doutoranda em Educação nas Ciências – Unijui. nadia.scariot@gmail.com

A um olhar mais atento ao longo do tempo é possível observar que os valores na sociedade vão se transformando paulatinamente e, com eles, as condutas, as práticas e os discursos em que estes, por sua vez, são também geradores e mantenedores dessas novas realidades que vão emergindo. Assim, nos perguntamos sobre que bases estão assentadas nossas verdades na atualidade: valores, práticas, discursos. Enfim, como isto se tornou possível e legítimo, e, dessa forma, podemos pensar em possíveis saídas para situações que estão a nos desafiar.

Podemos afirmar que vivemos atualmente uma situação paradoxal de um aumento excessivo de práticas e discursos que incentivam os modos de vida exageradamente consumistas de um lado, e, de outro, de uma preocupação sem precedentes em relação a um cuidado com o meio ambiente. Arrisco a expor que o discurso ambiental está para a atualidade assim como o discurso religioso estava para a Idade Média e as questões éticas e democráticas estavam para a Antiguidade clássica. Parodiando Hannah Arendt (1981), com relação ao consumo, podemos pensar que cada vez mais temos uma alma consumista, além da operária.

Desafios da Atualidade

O que está colocado para nós na atualidade é uma situação política e econômica que tem, por base, um Estado neoliberal voltado aos interesses do mercado, centrado na sociedade de consumo, que, muitas vezes, reifica a mercadoria em detrimento do humano, das relações sociais, das identidades, pertencimento, cultura, afetos e muitas outras coisas importantes para o estabelecimento de laços sociais, situação que alterou de modo significativo as relações de produção, de trabalho, pessoais e culturais, em que velhos paradigmas entram em crise e as tradições e os costumes enfraquecem, prevalecendo, cada vez mais, a lógica do mercado. Nesse contexto, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico, organizam-se redes globais de capital focadas em uma

lógica de desenvolvimento que incentiva um acentuado consumo, excluindo e criando formas de submissão em relação ao mercado de bens materiais e culturais, ao conhecimento e à vida em si.

Essa lógica produz também relações de poder em que aquele que tem subjugado o que não tem, e o não ter significa estar “fora do centro” e ser “empurrado” para a periferia, onde, historicamente, estão situados os chamados cinturões de pobreza. Desta forma, exige-se que se revejam velhos conhecimentos, uma vez que hoje tudo é novo e imediato, e quem estiver mais preparado, informado e “disciplinado”, certamente se sobressairá ante as exigências dessa nova escala de valores.

Essa nova lógica que exalta valores relacionados ao consumo trouxe como consequências imediatas graves problemas sociais, como exclusão social e aumento da pobreza, e ambientais, em razão das formas equivocadas de utilização dos recursos naturais e do excedente de produtos que passaram a ser descartáveis – que se tornam lixo – e dispostos de forma incorreta no meio ambiente, causando poluição ambiental e pondo em risco a sobrevivência das várias espécies vivas. Assim, pela premência em se fazer algo com o excedente de lixo, torna-se também ele uma mercadoria, que, uma vez reciclado, adquire novo valor de troca.

Metodologia

A presente reflexão resulta da leitura da tese *O lixo e a conduta humana: gestão dos insuportáveis na vida urbana*, de Ricardo Abussafy de Souza (2013), somada às vivências da autora junto a catadores de materiais recicláveis. As vivências referem-se a trabalhos desenvolvidos numa assessoria técnica aos catadores, no período de 2005 a 2007, pela Incubadora de Economia Solidária da Unijuí, bem como estudos acadêmicos realizados na Unijuí: Trabalho de Conclusão de Curso em Sociologia - Catadores de Lixo em Ijuí - e Dissertação de Mestrado em Educação nas Ciências intitulada *Catador não é Lixo, não!, Catador é lixo, sim!:* o caso Acata Ijuí.

A Emergência de um Discurso Ambiental Gerador de Novas Práticas

O panorama atual possibilita observar o surgimento de, pelo menos, dois fenômenos sociais novos: a emergência de um discurso ambiental bem-fundamentado, em nome da sobrevivência do planeta, e o aumento do número de pessoas que passaram a buscar sua sobrevivência nas sobras descartáveis da sociedade capitalista: “no lixo”, emergindo, agora com mais expressão, a figura do catador de material reciclável. Como, geralmente, é a necessidade que cria a motivação ou as condições para que algo se estabeleça, considera-se que foi a necessidade de se fazer algo com o excesso de lixo que levou milhares de pessoas a trabalhar na atividade da catação, posto que o lixo passou a ter valor comercial por meio da reciclagem. Assim, os catadores, para sobreviverem, encontraram no lixo uma fonte de renda para atender as suas necessidades. Em suma, o lixo, que precisa ser recolhido e reciclado para a sobrevivência do planeta, encontra no catador uma saída, e o catador, que precisa de trabalho e renda, encontra no lixo uma alternativa de sobrevivência.

Gostaria, portanto, de apontar minha análise nesses dois pontos que considero interligados e interdependentes – o catador e o meio ambiente –, no intuito de compreender como os discursos modificam os regimes de verdade que se estabelecem sobre ambos e como estes vão mudando as práticas e as condutas – sejam de si, de governmentação – conduzindo a elaboração de outras novas práticas e outros novos regimes de verdade.

Para além da problemática enfatizada pela sociedade do consumo outros fenômenos que têm tomado proporções alargadas, influenciando discursos e práticas, são o da crise e da conscientização ambiental.

O agravamento da crise ambiental se deve, em grande medida, ao crescente aumento dos processos de degradação ambiental, fruto direto também da sociedade do consumo, que necessita constantemente de matéria-prima para produzir seus artefatos a fim de manter girando as engrenagens que constituem o ciclo do consumo. Dessa forma, mais do que nunca se faz necessário questionar a racionalidade e os paradigmas que têm sustentado o crescimento econômico

(Leff, 2012, p. 15). Tornada mais evidente a partir de 1960, a crise ambiental, que refletiu os usos inadequados dos padrões de produção e consumo, sentiu a necessidade de um amplo debate social – teórico e político – na busca por estratégias de desenvolvimento, baseadas na sustentabilidade.

O princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que orienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases de produção. (...) a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e destruição ambiental (Ibid.).

De forma semelhante à devastação desencadeada nos sistemas ecológicos e ambientais, problematiza-se também a degradação dos diversos sistemas de vida, que têm afetado as formas tradicionais de vida, com profundos reflexos para a subjetividade das pessoas.

O “mundo civilizado” de hoje, no qual mais vale o ter, o desperdício e a ostentação do que a preservação, o uso adequado e racional das coisas da natureza e de nosso potencial mais genuinamente humano, está chegando ao limite máximo suportável para a população mundial. Perdemos a capacidade dialética da vivência da nossa pertinência e “admiração” da natureza. Perdemos a capacidade de nos indignarmos frente às injustiças e às destruições de todas as ordens e níveis. Perdemos, assim, nosso endereço vital. Precisamos ir à procura dele humanizando-nos. Esse mundo utópico não o encontramos, devemos estar muito conscientes disso, no mundo do mercado, do neoliberalismo e da globalização, mas no mundo do cuidado e do amor para com todos os seres (Freire, 2003, p. 15).

Neste sentido, é possível observar que há uma efervescência de discursos e práticas ambientais que se proliferam nas diversas instâncias da vida, sendo um tema que está sempre na ordem do dia, inclusive nas agendas políticas. As práticas e os discursos vão constituindo um saber ambiental que tem suas raízes

na organização ecossistêmica da natureza, incorporando também a subjetividade e a ordem cultural: “desta maneira, a natureza como objeto de apropriação social é sempre uma natureza significada” (Leff, 2012, p. 192).

Entende Leff (2012), que o saber ambiental e o saber psicanalítico não avançam por fusão, mas por diferenciação, porque ambos desnaturalizam a natureza e se inscreve na ordem do simbólico; ambos “combatem as postulações científicas (estruturalistas) que pretendem eliminar o sujeito numa crescente objetividade do conhecimento” (ibid, p. 194).

Na emergência do saber ambiental podemos encontrar uma gênese similar ao advento do sujeito: num primeiro momento reconhece no reflexo imaginário do discurso ecologista seu corpo desmembrado e fracionado. Esse ambientalismo infantil busca recompor suas mutilações no olhar especular integrador que a teoria de sistemas, o pensamento da complexidade e os métodos da interdisciplinaridade oferecem. O ambientalismo entra em diálogo com os paradigmas estabelecidos, busca seus campos de complementaridade e, a ponto de identificar-se com seu outro dominador no discurso do desenvolvimento sustentável, descobre a força transformadora de seu saber, sua pulsão vital e seu desejo de emancipação; reconhece a falta de conhecimento que o impele a diferenciar-se e a não confundir-se com outros saberes. Por isso, o saber ambiental é a desconstrução dos saberes consabidos e construção, a partir de sua alteridade, de novos conhecimentos, de novas utopias, de novos direitos e novas identidades que impulsionam a história para frente (Ibid, p. 193).

Tais discursos e práticas constituintes dos saberes ambientais, que, a princípio, poderiam denotar um aumento da conscientização ambiental por parte da humanidade, revelam, na visão de Dufour (2005, p. 59), a busca por um Grande Outro. Na sociedade pós-moderna, diz o autor, houve um esvaziamento dessa figura de referência. Assim, a Natureza e o Mercado passam a preencher essa necessidade. Vejamos algumas passagens da obra de Dufour (2005) que ilustram esta situação:

Na Pós-modernidade não há mais Outro no sentido do Outro simbólico: nada mais virá nos salvar, não há mais na pós-modernidade narrativas soteriológicas (parte da teologia que trata da salvação do homem), enquanto

a modernidade delas era farta. (...) Grandes narrativas: religiosas (um Deus que salva), Estado-nação (terra, sangue, pátria-mãe) e emancipação do povo trabalhador. A natureza candidata a grande Sujeito (Dufour, 2005, p. 59).

A pós-modernidade não tem figuras apresentáveis de grande Sujeito a propor (...) o novo sujeito não é mais sujeito de Deus, do rei ou sujeito à República, mas sujeito dele mesmo (Ibid, p. 71).

Se o Mercado aparece como o novo grande Sujeito, talvez seja apenas em razão de os grandes Sujeitos precedentes terem jogado a toalha, inclinando-se diante do novo mestre: o que era instituído como o guardião político da instância coletiva (a República) se põe a renunciar a seu papel de controle vigilância (Ibid, 82-83).

Deste modo, é possível compreender como estes dois temas – o consumo e o ambiental – tornaram-se fenômenos tão presentes na atualidade, internalizados nos saberes, discursos e práticas, individuais e sociais. O pensamento de Dufour (2005) parece estar sintetizado na seguinte afirmação de Leff (2012):

O saber ambiental olha assim a dispersão do discurso da sustentabilidade e das posições subjetivas que sustentam suas narrativas. Abre-se assim um campo de confronto de identidades, sentidos e práticas do ambientalismo. E ali se forjam novas identificações com o saber no campo acadêmico; fundam-se novas identidades culturais e se constituem novos atores sociais em relação com as significações diferenciadas dos discursos da sustentabilidade.

Conforme Dufour (2005, p. 107), “é no espaço vacante deixado por esta queda atual dos ideais do eu e do supereu em sua face simbólica que se entranha o Mercado”.

(...) O que o neoliberalismo quer é um sujeito dessimbolizado, que não esteja mais nem sujeito à culpabilidade, nem suscetível de constantemente jogar com um livre arbítrio crítico. Ele quer um sujeito incerto, privado de toda ligação simbólica; ele tende a instalar um sujeito unissex e “não-engendrado”, isto é, sem o arrimo de seu fundamento exclusivamente no real, o da diferença sexual e da diferença geracional. Sendo recusada toda referência simbólica suscetível de garantir as trocas humanas, há apenas mercadorias que são trocadas num fundo ambiente de venalidade e de nihilismo generalizados no qual somos solicitados a tomar lugar. O neoliberalismo está realizando o velho

sonho do capitalismo. Não apenas ele estende o território da mercadoria até os limites do mundo (o que está em curso sob o nome de *mundialização*), no qual tudo se tornou passível de ser mercadoria (a água, o genoma, o ar, as espécies vivas, a saúde, os órgãos, os museus nacionais, as crianças...). Ele também está recuperando velhas questões privadas, até agora deixadas à maneira de cada um (subjetivação, personação, sexuação) para fazê-las entrar na órbita da mercadoria (Dufour, 2005, p. 208).

Para além das questões como o aumento da conscientização, no caso da natureza, e da alienação, no caso do consumo, o que está em jogo, ou o que comanda o jogo, é que ambos buscam personificar esse grande Sujeito, esse Outro. O que me leva a afirmar isso é o fato de perceber, por exemplo, que os discursos em favor do meio ambiente nem sempre são acompanhados de práticas sustentáveis. Basta observar o discurso dos catadores que, muitas vezes, dizem que estão limpando o planeta, mas, em suas casas, ou mesmo na associação/cooperativa a que pertencem, há, literalmente, lixo espalhado. Em tese, o que eles catam seriam, a princípio, materiais que podem ser novamente reutilizados pela indústria, o que não justificaria a sujeira,² a falta de organização do ambiente. Isso por si só denota uma falta de consciência em relação ao que se propaga no discurso do “ambientalmente correto”: limpar o planeta começa por limpar o seu ambiente próximo. Devo fazer aqui, porém, a ressalva de que a concepção de limpeza é ela própria uma questão cultural, portanto subjetiva.

A partir dos discursos ambientais que valorizam a questão da preservação e da limpeza do ambiente, a presença do catador vai se tornando necessária e aceita. De alguém visto como sobrança, lixo humano também, passa a ser portador de um respeito social por ser quem sabe como fazer para retirar das vistas da cidade a podridão do lixo que incomoda. Por estar nesse lugar de catador, precisa reelaborar uma nova imagem de si, um novo discurso sobre seu trabalho. Organizam-se socialmente, reivindicando melhorias no seu trabalho, influenciando na elaboração e conquistas de políticas públicas que os colocam em outro patamar social: respeito e dignidade pelo trabalho desenvolvido.

² Esgoto correndo a céu aberto, restos de alimentos e de objetos, entre outros.

Por regimes de verdade, Foucault (2008b, p. 25) compreende (...) [uma] série de práticas, de um certo tipo de discurso que, de um lado, o constitui como um conjunto ligado por um vínculo inteligível e, de outro, legisla e pode legislar sobre essas práticas em termos de verdadeiro ou falso. A preocupação do autor não é necessariamente definir o que é verdade ou não, mas questionar o que as tornam verdades, uma vez que cada sociedade, em cada tempo, possui a sua verdade, a qual nunca está desvinculada de interesses sociais, principalmente econômicos ou políticos. Assim Foucault questiona: “Quem diz a verdade? Indivíduos que são livres, que organizam um certo consenso e se encontram inseridos em uma certa rede de práticas de poder e de instituições coercitivas” (Foucault, 2008a, p.283). Ainda conforme o autor “o problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade”. (Ibid., p, 14). Segue ainda:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2008b, p. 12).

Atualmente o discurso vigente que valida os conhecimentos é o discurso científico, considerado um axioma. Para legitimar a crise ambiental que atravessamos não faltam cientistas propalando a extensão dos danos ambientais e a necessidade de cuidados que precisamos ter em nossas ações e condutas. Se, por um lado, esses discursos ocasionam um maior cuidado com o ambiente natural e também com nossos hábitos que podem se tornar mais saudáveis, por outro, interesses econômicos do chamado mercado tiram proveito destes discursos criando produtos “ecologicamente corretos”, sob o estandarte do sustentável, na tentativa de capturar consumidores, em tese, “conscientes”. Na esfera da política, novas normas e regulamentações vão sendo dispostas em forma de leis e decretos, geralmente voltadas aos interesses das classes dominantes, regulando da mesma maneira as condutas e as práticas sociais (Dufour, 2005; Baudrillard, 2014; Dupas, 2001).

Neste contexto do “ambientalmente correto”, também os excessos – lixos – precisam ser corretamente destinados em nome do “bem do planeta”. Nesse afã, não faltam discursos para exaltar a figura do catador, que é o sujeito que vai ter a responsabilidade de dar a destinação correta aos excedentes para manter a sociedade limpa e organizada. Assim, afastada das montanhas de lixo que produz, a sociedade segue adquirindo cada vez mais produtos, pois, quando se entende que há um “destino correto” dos excedentes e um sujeito responsável por esta “destinação correta” – o catador –, faz parecer que podemos continuar com nossas condutas consumistas, afinal o problema do excesso está sendo resolvido.

Um exemplo do que acabamos de falar são os discursos que acabam por trazer dignidade à figura do catador, tratando este, muitas vezes como um “profeta da natureza” – junção do discurso ambiental com o personagem catador –, pensamento corroborado, na maioria das vezes por adeptos de uma corrente de pensamento ambiental que pratica uma espécie de culto à natureza. Tal discurso, entretanto, não questiona o *status quo*, mas termina por reforçá-lo, pois não chega a atacar o crescimento econômico enquanto gerador das mazelas ambientais (Alier, 2011).

Importa perceber que esta apologia súbita à figura do catador, em que este passa de alguém desvalorizado socialmente – pela própria condição de seu trabalho – a alguém valorizado, está permeada por um discurso que é, também, social, justificado sempre pela premência de um equilíbrio ambiental. Esses novos regimes de verdade, no entanto, atribuem um novo protagonismo a sujeitos historicamente excluídos: aos catadores possibilitou a saída da informalidade, em que a catação era apenas um trabalho precário e marginal, transformando-os em trabalhadores cuja atividade passa a ser reconhecida por lei³, possibilitando-lhe um aumento de sua renda, a conquista de direitos e garantias sociais que, somado a outras conquistas que vão obtendo, constitui-se em um cuidado consigo mesmos e um governo de si, em que se capacitam para governarem a própria vida.

³ Conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o número 397 de outubro de 2002, sob o código 5.192-5.

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2008a, p.143-144).

Conforme Souza (2013, p. 156-157),

Estas fontes acabaram por construir diferentes personagens a partir da narrativa de cada campo discursivo, a saber, os campos artístico, histórico e sociológico. No caso específico desta nova *categoria profissional*, os catadores de materiais recicláveis exigem para si a possibilidade de produzir discursos sobre seu modo de existência dentro deste campo de inteligibilidade, ou seja, deste campo que se fundamenta na razão de funcionamento do Estado Democrático Moderno.

O conceito foucaultiano de governamentalidade também nos ajuda a compreender essa mudança de *status* do catador:

Neste modelo de produção de discurso e organização de práticas, o Estado adota como estratégia não impor uma ordem de sentidos ao catador, mas, ao contrário, capturar, selecionar e organizar o conteúdo prático-discursivo do cotidiano de catação. Isto implica interferir em sua conduta, a fim de lhe expurgar os traços de criminalidade e insuportabilidade e, a seu tempo, inscrever aquilo que seria útil para fazer aparecer este novo sujeito na razão de funcionamento da cidade moderna. Neste processo de *inclusão* do catador na razão governamental, em que ocorre uma transmutação de valores, a figura

do catador não estaria mais associada às sensações deletérias e emanações telúricas do lixo, mas sim a uma figura ativa nos debates públicos, como agente ambiental (Souza, 2013, p. 159-160).

Dessa forma, mediante diferentes estratégias de poder, como o pensamento político, social e econômico, constitui-se um governo de populações e de indivíduos que passam a constituir determinados tipos de sujeitos.

Neste novo registro para a condução das relações populacionais inter-governamentais, produzem-se saberes, normas, tecnologias, mecanismos e sistemas de reconfiguração das prioridades de Estado. Observa-se, portanto, a produção destes códigos morais por órgãos governamentais, indústrias, entidades intergovernamentais, movimentos sociais e de sociedade civil organizada, que tenham como objetivo produzir um regime de verdade nos hábitos da população em escala planetária (Souza, 2013).

Os dispositivos, as formações discursivas, que vão sendo criados pelas práticas de governo, contribuem também para a emergência de um cuidado de si, na medida em que Foucault (1999) entende que este “não é tampouco uma atividade solitária, pois pressupõe sempre o acompanhamento de um mais velho” – neste caso representado pelo Estado – “e ele se distribui segundo atividades eminentemente sociais: conversações, (...) ensino e aprendizagem em escolas, formações individuais (...)”, dentre as quais se destacam nos eventos relacionados aos catadores, por exemplo, os cursos de formação, seminários, cartilhas, etc.

Tais práticas constituem um processo formativo e educativo que contribui para um empoderamento dos sujeitos. No caso dos catadores, em que poucos deles frequentaram a escola, a maioria apresenta uma subjetividade fragilizada, interrompida por terem sido afastados pela vida da experiência do cuidado de si.

É como se não houvesse o antes – parece não haver memória e história, há um apagar disso. Esta é uma das razões pelas quais se torna difícil a eles aderirem às novas configurações de vida, em razão também aos recalques que carregam. Com os novos conhecimentos que vão adquirindo, por meio da prática de seu trabalho e das aprendizagens que ali se desenvolvem, entretanto, vão lentamente

desenvolvendo um cuidado de si, que, na perspectiva de Foucault (1999, p. 50), representa “uma prática social, [que dá] lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações e até mesmo a instituições; (...) proporciona, enfim, um certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber”. As formações a que se alude no texto referem-se às aprendizagens desenvolvidas nos vários âmbitos, entre os quais: as relações com os colegas em que aprendem a negociar o espaço de trabalho, distribuir funções, planejar as atividades a serem desenvolvidas com órgãos públicos e a comunidade; aprendem, ainda, a classificar e a distinguir os diversos tipos de materiais, a fazer a gestão do empreendimento, entre outras.

Para ilustrar a citação supra, destaco, na sequência, algumas falas de catadores que participaram do Fórum Internacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Santa Maria-RS, de 11 a 14/7/13:

- “O processo de serviço pelos catadores é uma construção política e passa por um processo de amadurecimento”.
- “A formação vem pra ajudar entender o espaço e o nível que você tá e onde queremos chegar”.
- “É a gente explorar nossas máximas potências políticas”.
- “Identificar nossos maiores problemas e saber o que tem que fazer para resolver”.
- “É necessário compreender o espaço e momento senão você não entende e não se sente pertencente”.
- “A história quem está construindo somos nós!”

Por essas falas se percebe que os discursos apontam uma mudança na constituição de suas subjetividades e suas identidades, na medida em que as práticas de governo que vêm sendo trabalhadas com estes atores já apresentam como resultado uma necessidade de autogoverno de si mesmos.

Nos últimos anos tem havido também um aumento considerável na destinação de recursos para capacitação, formação e melhoria da infraestrutura dos empreendimentos (aquisição de galpões e maquinários), repassados, geralmente, pelas instâncias de apoio – ONGs e Estado – que apoiam os catadores. Percebe-se,

porém, que essa necessidade de assessoria vem sendo cada vez mais questionada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. O presidente desta entidade no Fórum Internacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2013) assim se referiu em relação a este assunto: “às vezes a gente tem a receita e os ingredientes, mas não sabemos fazer, daí vem o técnico... mas quem dá o ingrediente somos nós, porque somos nós que vamos comer”. Em seu entender, o apoiador somente desempenha esse papel em virtude do conhecimento que ele desenvolve em relação ao trabalho; então, se os catadores também tiverem formação poderão, eles mesmos, gestar seus empreendimentos, sem dependerem das assessorias. Isso demonstra que aos poucos começa a emergir um processo de busca de autonomia por parte dos catadores, pois já começam a considerar a possibilidade de andarem “com as próprias pernas”. Esse querer “andar com as próprias pernas” representa uma experiência de autogoverno, além de um cuidado de si e também do outro, este último representado pelas instituições que passam a integrar, como associações e cooperativas.

O cuidado de si implica desenvolvimento das práticas de si, que, conforme Foucault (1984, p. 30), refere-se às formas de relação que o sujeito “tem consigo, aos procedimentos e às técnicas pelas quais são elaboradas, aos exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer, e às práticas que permitam transformar seu próprio modo de ser”. Para Revel (2005, p. 33), “o cuidado de si significa, de acordo com a concepção de Platão, o conjunto das experiências e das técnicas que o sujeito elabora e que o ajuda a transformar-se a si mesmo.”

Assim nesse cuidar-se de si, os catadores de materiais recicláveis passam de governados/tutelados a governantes de suas próprias práticas, modeladas por discursos sociais circulares que lhe propiciam novas verdades sobre si e seu trabalho.

Considerações Finais

Na sequência do texto a intenção foi mostrar que, muitas vezes, embora os discursos atuais pautados na questão ambiental e na apologia ao catador estejam revestidos de intenções tendenciosamente econômicas, acabam cola-

borando para a valorização social deste último. Os catadores passam de alguém desvalorizado pelo imaginário social a sujeitos necessários, portadores de um respeito, justamente pela atividade que desenvolvem: retirar de nossos olhos o incômodo causado pelo excesso de lixo que produzimos em razão dos nossos hábitos cada vez mais consumistas. Tais discursos se transformaram em regimes de verdade, na acepção foucaultiana, exaltando o catador, conferindo-lhe um *status* de dignidade, fazendo com que muitas pessoas que, anteriormente, os ignoravam, agora se orgulham de dizer que são “amigos de catador”.

Importa perceber que se por um lado tais discursos mascaram uma realidade de privações e contínua exclusão, por outro possibilitaram o avanço nas lutas políticas por parte destes sujeitos, em busca de políticas públicas de inclusão, como vem acontecendo recentemente no caso dos Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos.

Dito de outra forma, o discurso ambiental, embora nasça com pretensões ideológicas visando a sustentar os novos processos econômicos em curso ou da séria intenção de despertar as consciências para o problema que está posto, abre brecha para que os próprios catadores se afirmem como profissionais, reivindicando garantias e direitos sociais que lhes assegure a sobrevivência não apenas imediata.

Por estas fissuras, os catadores têm a possibilidade de reelaborarem sobre si novos discursos e práticas, que lhes oportunizam a conquista de um espaço social novo, no qual não sejam mais tratados como lixo.

Referências

ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização*. Tradução Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2011.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade do consumo*. Tradução Artur Morao. Lisboa Portugal: Edições 70, 2014.

DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Tradução Sandra Regina Felgueiras. Editor José Nasar. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FÓRUM INTERNACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Santa Maria/RS, jul. 2013.

FOUCAULT, Michel. A cultura de si. In: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. p. 43-73.

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

_____. *Segurança, território e população: Curso no Collège de France: 1977 – 1978*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Microfísica do poder*. 15. ed. Organização e introdução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FREIRE, Ana Maria Araújo. O legado de Paulo Freire à educação ambiental. In: NOAL, Fernando O.; BARCELOS, Valdo H. de Lima. (Orgs.). *Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.). *Ditos e escritos IV: ética, sexualidade, política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-288.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SOUZA, Ricardo Abussafy de. *O lixo e a conduta humana: gestão dos insuportáveis na vida urbana*. 2013. 243 F. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp, Universidade Estadual Paulista, 2013.

Recebido em: 11/3/2014

Aceito em: 30/3/2016